



CPA

Comissão Própria
de Avaliação

Relato Institucional das Faculdades Integradas Barros Melo - FIBAM



Faculdades Integradas
Barros Melo



FACULDADES INTEGRADAS BARROS MELO – FIBAM

Diretora Geral

Ivânia Maria de Barros Melo dos Anjos Dias

Diretora Acadêmica

Izabella de Fátima Barros Melo de Dias

Diretor Administrativo

Thiago Régis Barros Melos dos Anjos Dias

Assessora Pedagógica

Maria de Lourdes Sousa Pimenta

Secretária Acadêmica

Nilma Cunha Paraíso

Bibliotecária

Sydia Magnólia Ribeiro Pinto de Sousa

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

PRESIDENTE

Prof^a. Ms. Sandra Helena de Andrade

REPRESENTANTE DO CORPO DOCENTE

Prof^a. Ms. Angélica Bezerra Martins

REPRESENTANTE DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Nilma Cunha Paraíso

REPRESENTANTE DO CORPO DISCENTE

Saulo de Souza Farias

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Manoel do Nascimento Costa

1 BREVE HISTÓRICO DA IES

A AESO foi criada em 15 de maio de 1968 pelo Professor Inácio Barros Melo, com a precípua finalidade de constituir-se como entidade mantenedora da Faculdade de Direito de Olinda (FADO). Esta iniciativa visava restaurar para Olinda a tradição da oferta dos Cursos Jurídicos, sobretudo numa época marcada por intensa agitação política, com o advento da ditadura militar e, por conseguinte, de cerceamento das liberdades individuais e dos direitos fundamentais.

A IES deu início, efetivamente, a suas atividades em 1971, quando foi autorizada a Faculdade de Direito de Olinda, através do Decreto nº 68.833, de 30 junho de 1971, publicado no DOU em 1 de julho de 1971. Após quase 20 apenas oferecendo o curso de Direito, foi criado em 1990 o Centro de Estudos Superiores Barros Melo (CESBAM), que passou a oferecer os cursos de Administração Habilitação Geral e em Comércio Exterior e Tecnologia em Processamento de Dados (extinto) e, já a partir de 2002, também os cursos Comunicação Social/Jornalismo, Comunicação Social/Publicidade e Propaganda, Sistemas de Informação e Licenciatura em Computação (este último também extinto).

A existência de duas instituições de ensino, ambas mantidas pela AESO e com funcionamento na mesma sede, levou naturalmente à necessidade de unificação do Centro de Estudos Superiores Barros Melo com a Faculdade de Direito de Olinda o que ocorreu mediante o credenciamento das Faculdades Integradas Barros Melo (Fibam), em 27 de maio de 2005, através da Portaria MEC nº 1.823. Instituição que, inclusive, foi reconhecida em 2017 através da Portaria MEC nº 166, de 03/02/2017, publicada no DOU em 06/02/2017. A partir do credenciamento da Fibam, alguns cursos inéditos e inovadores para a região passaram a ser oferecidos por essa IES, como Produção Fonográfica, Cinema de animação, Design de produto, tendo sido os dois últimos também extintos.

Recentemente, já em 2018, foram autorizados os Cursos Superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e o de Fotografia (ainda sem visita *in loco*) e, nesse mesmo período, a IES também solicitou o credenciamento do **Ensino na modalidade a Distância** para os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Gestão de Recursos Humanos e Processos Gerenciais.

AESO - Ensino Superior de Olinda Ltda. -, mantenedora das Faculdades Integradas Barros Melo, em 2018, completou 50 anos de experiência na área educacional. A Fibam é uma IES engajada na preservação dos valores acadêmicos fundamentais, como a liberdade e pluralidade de ideias que se manifestam no cultivo da reflexão filosófica, das letras e artes e do conhecimento científico. As Faculdades Integradas Barros Melo afirmam seu papel irrenunciável enquanto instituição estratégica para a implementação de políticas setoriais nas áreas científica, tecnológica e social. é reconhecida pela qualidade dos serviços que presta à sociedade, formando pessoas compromissadas com o desenvolvimento humano e sustentável, possuidoras de postura profissional competente e ética.

A Fibam tem como Missão, Objetivos e Metas: **Missão:** Promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, objetivando contribuir na formação de profissionais, cidadãos tecnicamente capazes e socialmente comprometidos com o bem comum, dotados de pensamento crítico e predispostos a utilizar o saber científico e tecnológico nos limites da ética e de valores que norteiam a dignidade da pessoa humana, de forma a contribuir para a consolidação da sociedade; **Objetivos:** - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição; **Metas:** A **Fibam** estabeleceu metas a

serem alcançadas em seu PDI e definiu prioridades, o que permitirá a mobilização de recursos humanos e materiais, canalizando-os em favor da concretização dos objetivos propostos. A formulação dessas metas vai possibilitar a avaliação sistemática do processo e dos resultados atingidos, assim como os consequentes ajustes e correções de rumos, no sentido da permanente busca da qualidade. Cabe a cada setor da área acadêmica ou administrativa da Fibam, a concepção e o desenvolvimento da metodologia dos trabalhos necessários à consecução de tais metas, assim como a definição das etapas, a constituição da equipe de execução, e tudo o mais que for demandado.

A Qualificação dos professores na Fibam supera o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394): “um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado” (item II do Art. 52º da LDB nº 9.394/96). Em 2018, a Fibam atingiu o índice de 81,7% de mestres e doutores, quando a meta era atingir 70%. O corpo docente atualmente é composto por 70 professores, sendo: 12 docentes especialistas, 47 docentes mestres e 11 docentes doutores, totalizando 82,8% docentes com titulação *stricto sensu*.

2 CONCEITOS OBTIDOS A PARTIR DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS – INSTITUCIONAIS E DE CURSOS

2.1 Indicadores Institucionais

Quadro 1: Conceitos da IES.

INDICADOR X ANO	2012	2017
CI	3	-
IGC	-	3

Fonte: Emec.

2.2 Indicadores de Cursos

Os cursos de graduação da Fibam avaliados pelo INEP e submetidos ao ENADE, obtiveram os seguintes conceitos, apresentados no quadro a seguir:

Quadro 2: Aspectos Legais e Indicadores de Qualidade.

NOME DO CURSO	STATUS	GRAU	CC ¹	ANO CC	CPC ²	CPC ANO	ENADE	ENADE ANO
NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	Autorizado Portaria SETEC nº 302 de 20/12/2010.	Curso Superior de Tecnologia	-	-	-	-	-	-
COMUNICAÇÃO SOCIAL FOTOGRAFIA	Reconhecido Portaria nº 358 de 17/08/2011.	Bacharelado	4	2010	-	-	-	-
DESIGN GRÁFICO	Renovado Rec. Portaria nº 270 de 03/04/2017.	Curso Superior de Tecnologia	4	2011	3	-	3	2015
SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES	Reconhecido Portaria nº 470 de 22/11/2011 (Cancelado) .	Curso Superior de Tecnologia	4	2011	-	-	-	-
ARTES VISUAIS	Reconhecido Portaria nº 471 de 22/11/2011, (Cancelado)	Bacharelado	5	2011	-	-	-	-
PRODUÇÃO FONOGRAFICA	Reconhecido Portaria nº 13 de 02/03/2012.	Curso Superior de Tecnologia	4	2011	-	-	-	-
ARTES VISUAIS	Reconhecido Portaria nº 175 de 18/04/2013.	Bacharelado	4	2011	-	-	-	-
COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Renovado Rec. Portaria nº 270 .	Bacharelado	Ex-ofício	2004	3	2015	4	2015
LOGÍSTICA	Renovado Rec. Portaria nº 270 de 03/04/2017.	Curso Superior de Tecnologia	Ex-ofício	2013	4	2015	4	2015
JORNALISMO	Renovado Rec. Portaria nº 270 de 03/04/2017.	Bacharelado	Ex-ofício	2004	3	2015	3	2015
CINEMA E AUDIOVISUAL	Reconhecido Portaria nº 854 de 30/11/2018.	Bacharelado	5	2018	-	-	-	-
DESIGN DE PRODUTO	Reconhecido Portaria nº 426 de 28/07/2014.	Curso Superior de Tecnologia	4	2013	-	-	-	-
COMUNICAÇÃO SOCIAL - RÁDIO, TV E INTERNET	Reconhecido Portaria nº 589 de 22/10/2014.	Bacharelado	4	2014	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	Renovado Rec. Portaria nº 270 de 03/04/2017.	Bacharelado	Ex-ofício	-	3	2015	4	2015
MARKETING	Autorizado Portaria nº 719 de 27/11/2014, publicada no DOU em 28/11/2014.	Curso Superior de Tecnologia	5	2014	-	-	-	-
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Autorizado - Portaria n.º 720 de 27/11/2014.	Curso Superior de Tecnologia	4	2014	-	-	-	-
DESIGN DE MODA	Reconhecido Portaria nº 1.033 de 23/12/2015.	Curso Superior de Tecnologia	4	2015	2	2015	2	2015
JOGOS DIGITAIS	Reconhecido Portaria n.º 1.034, de 23/12/2015.	Curso Superior de Tecnologia	4	2015	-	-	-	-

¹ CC – Conceito de Curso.

² CPC – Conceito Preliminar de Curso.

ARQUITETURA E URBANISMO	Autorizado – Portaria nº. 133 de 06/05/2016.	Bacharelado	3	-	-	-	-	-
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Autorizado – Portaria nº. 563, de 27/09/2016.	Bacharelado	SV ³	-	-	-	-	-
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Renovado Rec. Portaria nº 794 de 14/12/16.	Bacharelado	Ex-ofício	-	3	2014	3	2017
DIREITO	Renovado Rec. Portaria nº 270 de 03/04/2017.	Bacharelado	5	2015	3	2015	3	2015
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Autorizado – Portaria nº. 441 de 21/06/2018.	Curso Superior de Tecnologia	SV ⁴	-	-	-	-	-
FOTOGRAFIA	Autorizado - Portaria nº 904 de 24/12/2018.	Curso Superior de Tecnologia	SV ⁵	-	-	-	-	-

Fonte: Emec.

3 PROJETOS E PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi instituída nas Faculdades Integradas Barros Melo em 30/06/2005, por meio da Portaria nº 010/2005, iniciando neste mesmo ano o processo avaliativo interno da Instituição. Porém, é importante destacar que, mesmo antes disso, a IES já realizava sua autoavaliação.

A CPA da Fibam, em atendimento ao que preceitua a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), é um órgão permanente de coordenação do processo de autoavaliação desta IES. Essa Comissão tem por finalidade a implementação do processo interno de autoavaliação, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

Em observância à Lei 10.861/2004, a CPA é constituída pelos seguintes membros: 01 (um) Presidente; 01 (um) representante do corpo docente; 01 (um) representante do corpo de tutores (EaD), quando houver; 01 (um) representante do corpo técnico-administrativo; 01 (um) representante do corpo discente, da modalidade presencial; 01 (um) representante do corpo discente, da modalidade EaD, quando houver e 01 (um) representante da sociedade civil organizada.

³ SV – Sem Visita (da comissão).

⁴ SV – Sem Visita (da comissão).

⁵ SV – Sem Visita (da comissão).

A autoavaliação institucional é uma atividade que se constitui em um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo. Ela tem como Objetivo Geral acompanhar as ações planejadas pela IES, assim como identificar as causas de suas fragilidades e indicar alternativas de solução. Ela representa um importante instrumento para a tomada de decisões, pois de seu processo resulta um relatório, contendo análises, críticas e sugestões.

A CPA delineou o seu Plano de Autoavaliação Institucional baseada nas diretrizes gerais estabelecidas na Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, visando uma análise da IES, que integre a perspectiva de cada curso, alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Esse plano adota uma sistemática de consulta à comunidade acadêmica, a fim de diagnosticar a eficiência e a eficácia do trabalho desenvolvido, bem como dos pontos a serem fortalecidos. E, com o intuito de fomentar a cultura da autoavaliação institucional, esse plano prevê a realização de campanhas de sensibilização e de mobilização, articulando os diferentes atores envolvidos no processo da comunidade acadêmica da Fibam: corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo e coordenadores.

Desde que foi implantada a Autoavaliação Institucional, de acordo com as orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a CPA vem procurando formatos metodológicos que possibilitem uma leitura mais precisa do funcionamento da Fibam. Chegou-se à conclusão de que os instrumentos de coleta de dados (questionários) atuais favorecem aos diagnósticos que uma CPA deve oferecer à Comunidade Acadêmica, à Sociedade e, particularmente, aos seus Gestores, aos quais cabem as decisões acerca das medidas para fortalecimento de potencialidades mais adequadas ao enfrentamento de pontos a serem fortalecidos. A execução das atividades relacionadas aos instrumentos de avaliação aplicados à comunidade acadêmica segue as seguintes etapas: a) revisão/adaptação dos questionários pela CPA; b) entrega das listagens das disciplinas e corpo docente de cada curso para a coordenação da CPA; c) envio dos dados ao setor de Tecnologia da Informação para formatação dos questionários a serem aplicados; d) testagem dos questionários, correções e reformulações necessárias; e) aplicação dos questionários; f) verificação dos dados coletados.

No final de cada processo anual de autoavaliação, é elaborado um relatório baseado na Nota Técnica n. 65/2014 do INEP/DAES/CONAES em que se expõem e se analisam os dados coletados. Esse relatório contém o resultado do juízo de valor formulado por todos os participantes da pesquisa sobre a gestão **acadêmica** e **administrativa** da IES.

As análises, as reflexões e as proposições geradas por esse relatório subsidiam o planejamento e as ações da IES a curto, médio e longo prazo. Desse modo, a CPA cumpre com seu objetivo, na certeza de que os resultados servirão aos Gestores para adoção de estratégias na realização da Missão Institucional.

4 DIVULGAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

O relatório elaborado anualmente pela Comissão Própria de Avaliação é inserido no Sistema e-MEC até a data limite de 30/03, do ano subsequente. Para garantir a divulgação dos resultados obtidos, tanto nas avaliações internas como nas externas, a CPA elaborou um plano de divulgação das avaliações.

Os dados coletados pelo instrumento de autoavaliação foram apresentados para cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e foram realizados alguns cruzamentos de variáveis com a finalidade de alcançar um melhor entendimento das informações coletadas. Esses dados são sistematizados em gráficos e quadros comparativos entre os sujeitos com a intenção de verificar as similaridades e distinções nas percepções.

São considerados para a análise os seguintes critérios: quando a soma das respostas dadas para **Atende Plenamente** e **Atende Parcialmente** tem resultado **maior ou igual a 50%**, avalia-se que a Instituição atende as demandas apresentadas, ou seja, caracteriza-se como **potencialidade** da IES; quando o resultado desta soma é **menor que 50%**, os dados considerados são os que apresentaram maior percentual nas outras respostas (Precisa melhorar; Não Atende; Desconhece), configurando-se assim uma **fragilidade** institucional.

O plano de divulgação das avaliações elaborado prevê que, após a sistematização dos resultados serem inseridos no sistema e-MEC e entregues à gestão, aos coordenadores de curso e aos responsáveis por cada setor e departamento da IES, para que estejam cientes de como foram avaliados, são realizadas reuniões para discutir e

propor medidas de melhoria que devem ser trabalhadas ao longo do ano, como também, outras formas de divulgação dos resultados.

Além disso, a CPA, por estar diariamente na IES em contato com todos os setores (técnicos-administrativos, coordenadores, docentes e discente), contribui para a criação de espaços de esclarecimentos e orientações sobre a importância dessas avaliações.

Em relação às avaliações externas, são realizadas, a partir dos resultados apresentados pelo MEC, reuniões com os gestores para discutir como os resultados dessas avaliações externas repercutem na IES e, a partir dessa discussão, junto ao setor de comunicação, pensar em qual a melhor forma de sua divulgação para comunidade acadêmica.

Além da utilização de todas as formas de divulgação, como sites, TVs corporativas, redes sociais, visitas em salas, também são realizadas palestras e debates para sensibilizar a comunidade acadêmica e para explicar a importância que representam os resultados de tais avaliações para que os serviços oferecidos e as atividades propostas e realizadas pela IES alcancem índices e resultados cada vez mais satisfatórios.

5 PLANO DE MELHORIAS A PARTIR DOS PROCESSOS AVALIATIVOS

Com base nas avaliações externas (avaliações *in loco* e resultados dos indicadores) e avaliação interna (avaliação promovida pela CPA), as Faculdades Integradas Barros Melo elaboram um plano de melhorias, com a identificação dos seguintes pontos: fragilidades, ações de melhoria, responsáveis e período de conclusão das ações.

Quadro 3: Plano de Melhorias da IES.

FRAGILIDADES	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PRAZO EXECUÇÃO
Divulgação dos resultados da avaliação interna e externa.	Realizar seminários de sensibilização e divulgação dos resultados da autoavaliação institucional. Promover reunião com os coordenadores e os setores da IES para divulgar os resultados das avaliações.	CPA e Direção Geral.	360 dias.
Pouca divulgação dos projetos existentes na Instituição.	Maior divulgação dos projetos existentes na IES.	Diretoria Acadêmica, Coordenação de Cursos, Docentes e Setor de Comunicação.	360 dias.
Pouco envolvimento dos discentes, docentes e do	Propor mais ações Interdisciplinares que	Diretoria Acadêmica, Coordenação de	360 dias.

corpo técnico-administrativo nas ações de Responsabilidade Social.	envolvam responsabilidade social. Reunião com as coordenações para reavaliar a forma como vem sendo divulgadas as atividades de responsabilidade social. Propor, desenvolver e publicar um Balanço Social para externar os compromissos sociais, éticos e as parcerias.	Cursos, Docentes e Setor de Comunicação.	
Divulgação dos projetos desenvolvidos na IES para os discentes.	Ampliar e criar estratégias para divulgar de forma mais eficiente e de amplo alcance os trabalhos e projetos existentes na IES e sensibilizar a comunidade acadêmica para maior participação.	Diretoria Acadêmica, Coordenação de Cursos, Docentes e Setor de Comunicação.	360 dias.
Divulgação e conhecimento da monitoria por parte dos discentes.	Maior divulgação dos Editais de Monitoria para o discente.	Diretoria Acadêmica, Coord. de Cursos, Coordenação de Pesquisa, Docentes e Setor de Comunicação.	360 dias.
Programa de realização de eventos internos para os discentes.	Promoção e ampliação de eventos internos interdisciplinares na IES. Maior divulgação dos já existentes.	Diretoria Acadêmica, Coord. de Cursos, Coord. de Pesquisa, Docentes e Setor de Comunicação.	360 dias.
Divulgação e continuidade do programa de pós-graduação.	Estudar estratégias de parceria entre os cursos de pós-graduação da IES e empresas locais, a partir de um estudo de mercado. Divulgação do programa de pós-graduação alinhada à demanda do mercado.	Diretoria Acadêmica, Coord. de Cursos, Docentes e Setor de Comunicação.	360 dias.
Desconhecimento sobre as atividades de extensão existentes.	Reavaliar as formas como estão sendo divulgadas as atividades de extensão.	Diretoria Acadêmica, Coord. de Curso, Coord. de Pesquisa e Extensão, Docentes e Setor de Comunicação.	360 dias.
Comunicação interna da IES e a divulgação dos serviços oferecidos.	Ampliar e divulgar as ações alcançadas através dos canais de comunicação com a sociedade de que dispõe a IES. Reavaliar as formas de divulgação das ações e serviços que a IES disponibiliza para a comunidade acadêmica.	Direção Geral e o Responsável pelo setor de Comunicação.	360 dias.
Desconhecimento das Ações da Ouvidoria.	Ampliar a divulgação dos serviços da Ouvidoria para toda a comunidade acadêmica.	Direção Geral e o Responsável pelo setor de Comunicação.	360 dias.

Comunicação entre os diversos setores da IES.	Criar momentos de Interação entre os setores para integrar o corpo técnico- administrativo.	Direção Geral e os Responsáveis pelos Setores da IES.	360 dias.
Acompanhamento e atuação dos egressos.	Consolidação da Comissão de Acompanhamento dos Egressos – CAE.	Direção Geral e a Coord. do CAE.	360 dias.
Desconhecimento do Programa de Intercâmbio.	Ampliação a divulgação do Programa de Intercâmbio entre os discentes. Maior divulgação do programa de intercâmbio da Fibam.	Diretoria Acadêmica e Coord. de Pesquisa e Extensão.	360 dias.
Desconhecimento do Serviço de Apoio Psicopedagógico e Educacional Especializado.	Ampliação e divulgação do Serviço de Apoio Psicopedagógico e Educacional Especializado.	Ass. Pedagógica, Setor de Comunicação e o Resp. pelo serviço.	360 dias.
Processo de Avaliação de Desempenho do Plano de Cargo, Carreira e Salários e sua divulgação.	Rever o processo de avaliação e divulgação dos resultados da avaliação de desempenho.	Mantenedora e Setor de RH.	360 dias.
Incentivo/Auxílio à participação em eventos científicos/técnicos/culturais.	Ampliar o incentivo/auxílio à participação em eventos.	Diretoria Acadêmica, Ass. Pedagógica e Coord. de Cursos.	360 dias.
Atuação do Setor de Planejamento e Eventos.	Dar continuidade a Integração de setores interdependentes como o educacional, secretaria, biblioteca, planejamento e suporte tecnológico.	Direção Geral, Diretoria Acadêmica e o Responsável pelo setor de Comunicação.	360 dias.
Segurança Interna	Fortalecimento de redes de apoio à segurança interna.	Mantenedora e Setor de Patrimônio.	360 dias.
Atualização do acervo da biblioteca para o corpo discente.	Dar maior visibilidade aos serviços da biblioteca e de seu acervo.	Direção Geral e o Responsável pelo Biblioteca.	360 dias.
Infraestrutura adequada para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.	Ampliar a adequação das instalações da Fibam para inclusão das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.	Direção Geral e Setor de Patrimônio.	360 dias.
Resultados dos discentes no Enade.	Nomear uma comissão para analisar os relatórios do Enade e propor ações de acompanhamento do discente.	Diretoria Acadêmica e Coord. de Curso.	360 dias.

Fonte: Fibam.

6 PROCESSO DE GESTÃO

É importante destacar que a cultura da avaliação interna é um processo evolutivo que envolve não apenas os corpos docentes, discentes e administrativos, mas também

aqueles que exercem atividades gestoras e que precisam acomodar e, na medida do possível, satisfazer os interesses da comunidade acadêmica como um todo. Nesse sentido, a cada novo ciclo avaliativo interno ou externo, é sempre possível repassar o cumprimento das ações necessárias para sanar as fragilidades identificadas e identificar o surgimento de novas demandas às quais a IES precisa se adaptar, o que pode-se dizer que, no caso da Fibam, esse processo tem sido positivo no sentido de se reduzir, cada vez mais, as vulnerabilidades encontradas. Resultados que se pode comprovar nos trabalhos consolidados pela CPA.

Tomando por base os objetivos e as metas do PDI e os resultados sistematizados nos relatórios anuais de gestão e nos relatórios de autoavaliação institucional, verificou-se a necessidade de implementação de medidas de ajustes no conjunto de ações a serem desenvolvidas anualmente no plano de ações de melhoria da Fibam.

As ações acadêmico-administrativas, desenvolvidas a partir das avaliações externas e internas que evidenciam a trajetória de melhorias da IES, podem ser elencadas como: estímulos a promoção de extensão; ações de Responsabilidade Social para além do que estava previsto; ampliação da oferta de Iniciação científica, grupos de estudo, intercâmbio; ações de acolhimento ao aluno que ingressa na IES; promoção de discussões e acessibilidade metodológica; ampliação da oferta de monitorias, estágio, nivelamento; ampliação do atendimento Psicopedagógico e Educacional Especializado; implantação da Comissão de Acompanhamento de Egressos (CAE); promoção de curso para o corpo técnico-administrativo sobre Desenvolvimento de Liderança - AESO INTEGRA, reestruturação de todo o setor de Comunicação; convênio com a *Google Classroom*, como ferramenta de ensino; ampliação do acervo através de Bibliotecas Digitais; desenvolvimento de atividades práticas orientadas ao mercado de trabalho, aliando conhecimento teórico e atividades práticas.

Além disso, destacam-se as ações desenvolvidas pela Fibam a partir das avaliações dos cursos. Os relatórios das Coordenações dos cursos são analisados com o objetivo de identificar as dimensões que apresentam fragilidades e/ou potencialidades para que ações sejam mobilizadas a fim de corrigir os problemas apontados. A partir daí, são reconstruídos continuamente dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), bem como da infraestrutura para suporte e adequação do quadro docente. Desta forma, a Instituição vem trabalhando através de seus documentos institucionais e de curso (PDI,

PPI e PPC) com mudanças pedagógicas necessárias para que haja um melhor desempenho acadêmico.

7 DEMONSTRAÇÃO DE EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL

Os resultados das avaliações têm sido uma ferramenta de gestão de grande impacto e importância para a Diretoria Geral e Acadêmica, para representantes dos Conselhos e para a comunidade acadêmica da IES. Percebe-se que, em uma visão integradora e sistêmica, os atores envolvidos nas avaliações fizeram uma análise crítica com diversos indicadores em sinergia, reforçando o nosso plano de ação.

No entanto, as formas de divulgação dos resultados obtidos na autoavaliação institucional e nas avaliações externas podem ser ampliadas e aperfeiçoadas, a fim de consolidar ainda mais a cultura avaliativa já existente na IES. Foram realizadas, sistematicamente, reuniões entre gestores, coordenadores, representantes docentes e discentes, responsáveis pelos diversos setores da IES e a CPA a fim de discutir melhores formas de divulgação das avaliações, mas se reconhece que também é necessário que ações como essas sejam estendidas a todo o corpo discente e não só aos seus representantes.

Observa-se também que a instituição manteve coerência entre as ações praticadas com o que está previsto no seu PDI. O acompanhamento contínuo das ações/metasp institucionais, junto aos gestores, tem sido uma das práticas adotadas.

O comparativo dos resultados das últimas avaliações demonstra que: houve um avanço nas ações de responsabilidade social para além do que estava previsto no PDI; em relação ao ensino nos cursos de graduação, o corpo docente apresenta um bom desempenho; as atividades realizadas pelos cursos estão em consonância com as diretrizes da Fibam; embora os canais de comunicação com a sociedade tenham se mostrado eficientes, a IES vem investindo no aperfeiçoamento de novos mecanismos de comunicação interna e externa; no que diz respeito às políticas de atendimento aos discentes, a IES cumpre com o que prevê o PDI, implantando os programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes e formando o Comissão de Acompanhamento de Egresso; a Fibam vem cumprindo com o que determina seu PDI quanto à capacitação do docente e do técnico-administrativo, o que caracteriza uma potencialidade da

instituição; a organização da IES e a atuação dos Gestores e docentes são percebidas como potencialidades da Instituição; em relação a Sustentabilidade Financeira, a AESO - ENSINO SUPERIOR DE OLINDA LTDA., entidade mantenedora das Faculdades Integradas Barros Melo, atende à projeção de crescimento da IES conforme previsto no PDI. Quanto às fragilidades apontadas nas avaliações ao longo do triênio, a IES vem demonstrando seriedade e proatividade no trato com as mesmas em todas as dimensões.

A Fibam, de acordo com as diretrizes propostas pelo SINAES, Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, realizou os processos de autoavaliação institucional dentro do calendário estabelecido. De acordo com os resultados de todas as dimensões avaliadas, considera-se que a Fibam procura atender sua missão, visão e valores, atuando de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo MEC, principalmente em relação à qualidade da educação superior proporcionada ao seu corpo discente.

Este Relato Institucional – RI tem por objetivo demonstrar como os processos de gestão institucional se desenvolvem a partir dos resultados das avaliações internas e externas, subsidiando as instâncias gestoras no planejamento de suas ações, através de uma análise geral de seu desempenho e de um balanço crítico que oriente as ações futuras.